

“Chega de política quebra-galho”

ECONOMIA - BRASIL

Empresário pede medidas mais ambiciosas e metas de longo prazo

Simone Cavalcanti/
InvestNews
de Brasília

É preciso trabalhar com metas mais ambiciosas e políticas mais fortes para fazer o Brasil crescer bem mais do que os 3,5% esperados para o próximo ano. Se o País não atingir um crescimento de 5% em 2004, sérios problemas sociais podem ocorrer, disse ontem o presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, que participou da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

“Chega de crescimento quebra-galho. Eu já vi este país crescer entre 7% e 10% e quero ver nova-

mente”, frisou, lembrando que é necessário aprender a trabalhar com metas de médio e longo prazos. Segundo o empresário, o Brasil tem de ser capaz de criar uma poupança interna equivalente a 30% do Produto Interno Bruto (PIB), como em “outras épocas”.

Gerdau reconhece como positivo o fato de o risco-país estar em torno de 500 pontos básicos, mas acredita que o nível tem de ficar beirando os 200 pontos. “Podemos pagar 1 ponto ou 2 pontos a mais

de juros por causa do risco, mas cinco é muita coisa”, disse ele com relação à taxa atual cobrada no mercado internacional em razão do risco brasileiro.



Jorge Gerdau

O CDES teve ontem sua última reunião plenária do ano, no Palácio do Itamaraty, para fazer um balanço das políticas econômica e mone-

tária. O conselho, com 103 membros, foi criado pelo atual governo e nele estão representados todos os segmentos da sociedade, inclusive a classe industrial. Na reunião am-

pliada de ontem, participaram o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. De acordo com o ministro Tarso Genro, secretário do CDES, o presidente Lula solicitou que o conselho discuta, a partir de agora, diretrizes da política industrial.

A reunião do CDES coincidiu com o início da conferência “Caminhos para um novo contrato social”, que está reunindo representantes de dez países para debater as experiências dos conselhos econômicos e sociais que possam servir de referência ao Brasil e seus vizinhos da América Latina.

Continua na página A-4